



Ateliê de História

PROJETO DE PESQUISA

O SETOR AGRÍCOLA NO NORTE DO PARANÁ NA DÉCADA DE 1970: PERSPECTIVAS SOBRE O PROCESSO DE RETRAÇÃO DA ATIVIDADE CAFEEIRA

Juliane Roberta Santos Moreira¹

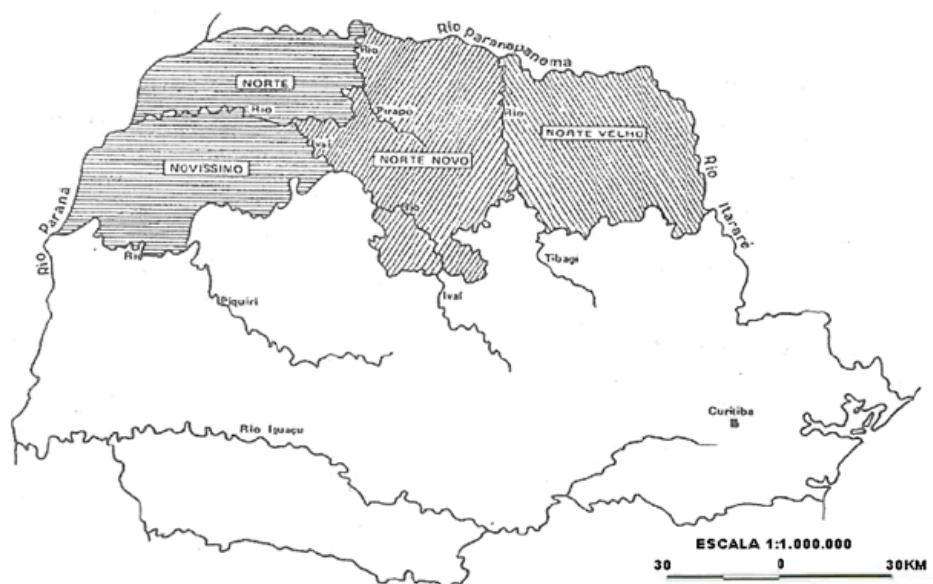
Alessandra Izabel de Carvalho²

Christian Brannstrom³

INTRODUÇÃO

A atividade cafeeira estabelecida na região Norte do Paraná nos anos 1930 experimentou um grande crescimento ao longo das décadas seguintes. O estado chegou a ter 192 municípios produtores de café em 1970, compreendidos no Norte Pioneiro, Norte Novo, Novíssimo e Extremo-oeste do Paraná (CANCIAN, 1981).

Mapa I : Mapa da divisão do norte do Paraná segundo a geografia dos anos 1950



Palavras - chave:
Norte do Paraná;
modernização agrícola;
cafeicultura; ditadura militar.

Resumo: Trata-se de uma proposta de pesquisa sobre o contexto que favoreceu o desenvolvimento do processo de retração da atividade cafeeira no Paraná na década de 1970. O principal objetivo é refletir através de análise crítica de documentos oficiais e imprensa regional sobre as ações estatais para a diminuição da área cultivada com cafeeiros e o estímulo para o cultivo de gêneros agrícolas distintos, que demandavam técnicas e insumos especializados, modificando a agricultura do estado.

Fonte: DIAS; GONÇALVES (1999 apud CHIES, Cláudia; YOKOO, Sandra Carbonera. Colonização do Norte Paranaense: avanço da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo. Revista GEOMAÉ, v. 3, n. 1, p. 27- 44, 1º sem. 2012. p. 33).

1 Mestre no Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Identidades, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela linha de pesquisa Discursos, representações: produção de sentidos. Email: julianerobertasm@gmail.com

2 Orientadora. Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas. Professora adjunta da Universidade Estadual de Ponta Grossa nos cursos de Bacharelado e Licenciatura em História e do Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado).

3 Co-orientador. Doutor em Geography - University of Wisconsin - Madison (1998). Atualmente é Professor - Texas A&M University System. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia da Energia e Geografia Histórica.

Entre essas décadas a região atraiu muitos agricultores que se interessavam pelo plantio do café a menores custos comparado a outros estados, mas ao longo da década de 1970 a força de atração se modificou para expulsão, motivada pela concentração fundiária e menor disponibilidade de trabalho.

A partir da década de então o modelo agrícola adotado nessa região foi sendo alterado e construiu uma nova paisagem:

É como se passasse uma borracha sobre as marcas da colonização: no lugar das tradicionais lavouras de café surgem as lavouras mecanizadas de soja, trigo e milho e as pastagens plantadas para a pecuária de corte; no lugar do paiol, da tulha e do terreiro, surgem os silos e os secadores; no lugar das lavouras diversificadas, que garantiam a relação com o mercado e a subsistência dos trabalhadores, as lavouras especializadas direcionadas para o mercado; no lugar da horta, do pomar, do galinheiro e da cocheira, os depósitos de máquinas e de venenos agrícolas (os tais defensivos agrícolas). (SERRA, 2015, p.26)

Nos anos iniciais de 1970, a lavoura cafeeira do Paraná se constituía como a mais expressiva do país. No entanto, aliado às medidas governamentais de racionalização da produção, os baixos preços, o surgimento de organismos prejudiciais às lavouras e as geadas, se desenvolvia um processo de reestruturação da agricultura propalado pelo governo militar, pautado em um ideal de modernização, que implicou em dificuldades para a sustentação da atividade cafeeira.

Na década de 1960 se acentuaram discussões acerca dos meios de desenvolvimento econômico nacional. Duas correntes de pensamento distintas concordavam que para planejar o fortalecimento do parque industrial brasileiro era necessário repensar a questão agrária do país.

Para os intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e parte da Igreja Católica, havia concentração latifundiária e a existência dos modos de produção tradicionais como empecilhos à correspondência do campo às demandas urbanas e industriais.

Essa vertente defendeu a reforma agrária na promoção de condições que favorecessem a indústria e a área urbana, na medida em que diversificassem as atividades agrícolas absorvedoras da produção industrial e inserissem o trabalhador rural no mercado consumidor (MELO, 2011). Segundo seus defensores, a ampliação da diversidade de lavouras contornaria o problema da superprodução de café, responsável pela queda dos preços do produto

(DELGADO, 2001).

A outra corrente representada por Delfim Netto e economicistas da USP compreendia que a agricultura teria um caráter funcionalista, que estava sendo atendido. Defendiam mudanças nas bases técnicas de produção agrícola através de uma modernização da agricultura, para dinamizar o setor e melhorar as condições do trabalhador rural, sem a necessidade de promover uma reforma agrária (DELGADO, 2001).

Após o Golpe Militar em 1964, toda a chance de se estabelecer um programa de reforma agrária estava esgotada e o regime “[...] cortaria a efervescência do debate agrário, tentando encerrá-lo pelo ‘argumento’ da força” (DELGADO, 2001, p. 161).

O governo militar optou pela modernização da agricultura, produzindo a reestruturação das bases técnicas no campo de forma conservadora. Como aponta Silva (apud Silva e Botelho, 2014, p. 365), o caráter conservador é observado pelos elementos dessa modernização, “[...] uma vez que a dinamização da produção agrícola foi acompanhada por uma maior concentração da terra, centralização, desigualdade e exclusão no campo, ou seja, uma modernização sem mudanças”.

Segundo Reinaldo Lohn (2008, p. 10), “[...] o ideário desenvolvimentista apostava que a modernização do país se daria através da superação das dicotomias entre campo e cidade ou atraso e modernidade, seja através do Estado ou pela ação empreendedora liberal”. Nesse sentido, o “atraso” representado pelo campo, deveria ser superado integrando a agropecuária à indústria, utilizando na produção agrícola os “modernos” recursos oferecidos pela tecnologia.

Os esforços empreendidos pelo governo militar no Brasil em nome do desenvolvimento estavam conciliados ao crescimento econômico do país e demandas internacionais. McCook (2008) aponta que no pós-guerra governos nacionais e organizações multilaterais investiram em campanhas de modernização do cultivo cafeeiro na América Latina. Essas campanhas estavam dirigidas pela ideologia desenvolvimentista e também pelo temor de revoluções camponesas.

Segundo McCook (2008, p.94), o “evangelho do desenvolvimento” fez parte do discurso econômico global e foi promovido por organizações como o Banco Mundial, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização para Agricultura e Alimentação (FAO), e também por instituições regionais. Os

países que caracterizavam as maiores potências do período investiram na promoção desse desenvolvimento, com a United States Agency International Development (USAID) estabelecida pelo Estados Unidos e o Escritório para Pesquisa Científica e Tecnológica de Além-Mar (ORSTOM), reinventada do Escritório de Pesquisa Colonial Científica da França.

A intenção dessas organizações era a promoção do desenvolvimento econômico dos países de economia periférica, o combate à fome e a doença, numa tentativa de evitar que esses aderissem a revolução comunista (MCCOOK, 2008). Foram esforços para angariar o alinhamento desses países e mantê-los sob a zona de influência do bloco capitaneado pelo Estados Unidos.

Os investimentos de pesquisa na atividade cafeeira, de acordo com McCook (2008), foram um meio ideal para a promoção de desenvolvimento e estabilidade política nos trópicos. Diante de problemas para esse cultivo, como epidemias de ferrugem (*Hemileia Vastatrix*) e geadas, a solução proposta por governos e agências internacionais foi a tecnificação do café para grandes e pequenos proprietários.

O paradigma da tecnificação se estabeleceu nos países produtores de café na segunda metade do século XX. Por mais que alguns agricultores já houvessem tecnificado suas plantações, na década de 1970 esse processo se apresentou com dois diferenciais: primeiro, era promovido um conjunto de transformações que afetavam diferentes aspectos do cultivo de café de uma só vez, diferente do método gradativo antecedente; segundo, essa tecnificação teve financiamento de governos nacionais, agências internacionais e de associações de plantadores de café (MCCOOK, 2008). De acordo com McCook (2008), os grupos que promoviam e financiavam a tecnificação ofereciam o suporte técnico e financeiro aos interessados.

No entanto, no Brasil, a tática proposta pelo governo federal era dinamizar a renda da agricultura e da pecuária para que assim, através das receitas do setor primário, fosse impulsionado o desenvolvimento dos demais setores da economia.

Para os planejadores, a dinamização do setor possibilitaria o aumento da produção e consequentemente a adoção de bases empresariais, principalmente na região Centro-Sul.

A modernização proposta pelo Estado correspondia ao “processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes

num esforço de aumentar a produtividade” (GRAZIANO apud MELO, 2011, p.66). Segundo Balsan (2006, p.145), através do processo de modernização da agricultura “põe-se em marcha um modelo de exploração capitalizada, dotada de meios e técnicas que asseguram a eficácia e rentabilidade de produção”.

Ao convencimento do agricultor para a necessidade de atender aos elementos que a modernização impunha ao campo, a Extensão Rural atuou valorizando o saber técnico e a utilização de tecnologias advindas das indústrias. Enquanto isso o Sistema Nacional de Crédito Rural era destinado ao financiamento do consumo desses recursos tecnológicos. De acordo com Lohn (2008, p.17), a “Extensão Rural atuou junto a pequenos agricultores de modo a condicioná-los à disciplina do trabalho em moldes capitalistas [...]”, na medida em que

O aumento da produção agrícola e a expansão do capitalismo no campo passavam pela necessidade de desqualificar o saber costumeiro dos pequenos agricultores, de modo a adestrá-los e disciplinará-los segundo a lógica do capital. (LOHN, 2008, p.13)

A Extensão Rural foi oficializada pelo governo em 1974, com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, a EMBRAPA. Enquanto isso, no Paraná foi instaurado o Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR) em 1972, responsável pelo desenvolvimento de pesquisas e aprimoramentos técnicos na produção agrícola do estado.

Nesse contexto de modernização onde o imperativo foi a integração do setor primário à indústria, os incentivos para a produção cafeeira no Paraná foram retraídos, enquanto se ampliavam para gêneros agrícolas que atendiam melhor ao princípio da agroindustrialização.

No estado, a modernização implicou na agricultura com o uso de técnica específica para cada cultura, técnicas de irrigação, na promoção de infraestrutura para o fornecimento de eletricidade, na utilização de agrotóxicos e fertilizantes além da maquinaria agrícola (MELO, 2011). Segundo Serra (2015), o discurso oficial do governo aliado a interesses externos e ao pacote da “Revolução Verde” propagava que se devia produzir proteína vegetal ao invés de café, que seria apenas uma sobremesa.

Segundo Nakagawara e Santana (1984), o índice de tratorização cresceu de forma expressiva. Em 1970, no âmbito estadual, contava-se com uma frota de 18.619 tratores, enquanto que em 1980,

o Censo Preliminar Agropecuário, apurou o total de 79.682 tratores. Priori et al. (2012) apontou o crescimento no uso de arados com tração mecânica de 379,4%, em estabelecimentos com uso de força mecânica de 1.134,9% e o consumo de óleo diesel em 604,9%, no mesmo período.

Durante esse processo, foi preciso convencer os agricultores da necessidade de modificar as técnicas de seu trabalho, mudando o trato cultural, incorporar outras tecnologias de produção e substituir o cultivo de determinado gênero agrícola por outro (MORES; KLANOVICZ, 2014). Assim, como abordado por Mores e Klanovicz (2014), a imprensa foi um dos elementos atuantes na difusão da tecnocracia, atingindo uma grande parcela de agricultores.

Em relação ao café, a predominância de seu cultivo decaía no planejamento econômico estatal, que previa a diversificação das culturas agrícolas do estado para exportação, o abastecimento da demanda interna e a absorção dos insumos industriais.

Desse modo, era preciso acentuar o desestímulo do cafeicultor, já delineado pela baixa de preços e outros agentes, enquanto encorajava sua inclinação à diversificação. Em 1975, com a ocorrência de geadas, principalmente da geada de 18 de julho, as mudanças que ocorriam no campo se intensificaram com a erradicação abrupta da lavoura cafeeira.

Para Serra (2015, p.30), essa geada foi o “golpe de misericórdia” para a cafeicultura do Paraná. Pela erradicação dos cafeeiros em fase produtiva, o autor considera que “uma noite de baixas temperaturas foi suficiente para sepultar uma fase e abrir caminho para uma nova fase da questão agrária regional” (SERRA, 2015, p. 30). Apesar da relevância atribuída ao fenômeno meteorológico, Serra (2015) expõe que as lavouras de café perderam espaço na produção agrícola do Paraná após as resistências dos cafeicultores serem vencidas pelo desestímulo do Estado.

O estudo de Rodrigues e Pelegrini (2012) propõe a análise do acontecimento e atenta às transformações socioculturais ocorridas em Ivatuba, município da região metropolitana de Maringá. Para os autores, a partir da geada abriu-se espaço para a gradativa diversificação das atividades agrícolas da soja e do milho, forjando o êxodo rural como uma de suas consequências. Segundo Rodrigues e Pelegrini (2012, p. 4), “[...] a sua relevância

[da geada de 1975] é tão grande, que ela pode ser considerada como um daqueles momentos em que um único fato é capaz de desencadear mudanças históricas”.

Para Rodrigues e Pelegrini (2012), um tom de causa e consequência permeia o estudo. A geada foi considerada a causa; as consequências foram o desemprego no campo, o êxodo rural e a paulatina mecanização que se assistiu posteriormente. Entretanto, na conclusão do artigo, há menções em que o êxodo rural é demonstrado como derivado dos efeitos da geada numa combinação com a “mudança no campo da agricultura”, inclusive ao “apressar o ritmo das transformações” em todo o Paraná, cuja cafeicultura sofria com baixos preços, dificuldades na contratação de mão de obra e a percepção dos agricultores sobre os incentivos para a mecanização (RODRIGUES; PELEGRINI, 2012).

Para Dezordi (2013), que abordou em seu estudo o distrito de Agro Cafeeira, localizado no município de Matelândia, a geada de 1975 “decretou o fim do cultivo de café em muitas cidades do Estado do Paraná” (DEZORDI, 2013, s/p).

Essa geada foi considerada como marco final na cafeicultura para muitos municípios paranaenses, incluindo Matelândia. No entanto, não foi abordado o contexto do estado no período e a mecanização, de forma isolada a geada foi colocada como um dos motivos para a ruptura do sucesso das lavouras de café.

Miranda e Ragusa (2014) abordaram o período inicial da década de 1970, quando a lavoura foi instalada em São Pedro do Ivaí. Através de relatos orais produzidos por Miranda, percebemos que a doença da ferrugem (*Hemileia vastatrix*) e a broca do café (*Hyphenotemus hampei*), assim como o baixo preço, desestimulavam os agricultores na continuidade do cultivo. A lavoura cafeeira de São Pedro do Ivaí não teria resistido por muito tempo. Após a geada de 1975, agricultores sentiram a inviabilidade do cultivo. Na discussão realizada neste trabalho, não há menções sobre a modernização, a mecanização e o contexto macroeconômico vivenciado no Paraná, sendo tratados apenas o êxodo rural e as motivações de melhoria nas condições de vida.

No livro *Epopéia do Café no Paraná* (2006), Pozzobon versa sobre a retração e adequação tecnológica vivenciada pelas lavouras cafeeiras no estado entre o período de 1975 a 2000. Pozzobon, que na

ocasião da geada trabalhava como técnico agrícola do IBC, a considerou como um evento de divisão da “[...] velha e a nova cafeicultura implantada através de um novo modelo tecnológico.” (2006, p. 150). Todavia, para o declínio quantitativo da produção cafeeira, apontou a influência de outros agentes:

A rigor, a decadência do café no Paraná se inicia com a geada de 1969, agravada pela escalada inflacionária, pelo surgimento da ferrugem do café, pela aplicação da legislação trabalhista no campo, pela concorrência do salário industrial e pelo surgimento da soja como cultura alternativa. A geada coroou o elenco dos acontecimentos embora não tenha significado o fim da cafeicultura. (POZZOBON, 2006, p.150)

A geada ocorrida em 1975 deixou, inegavelmente, suas marcas na agricultura do período, influenciando processos em curso que eram baseados em elementos externos ao setor rural. Entendemos que se faz necessário analisar seus efeitos em relação a outros fenômenos socioeconômicos vividos naquele contexto.

Essa proposta de pesquisa se inicia com a hipótese de que ao enfatizar a ação destruidora de um fenômeno natural para justificar a inviabilidade do cultivo até então desenvolvido, traduz uma tentativa de convencer os agricultores de que além do desestímulo do Estado havia a incidência de geadas severas, um elemento suscetível ao sistema climático daquele espaço e que poderia incidir sobre a lavoura, independente do investimento estatal. Para a execução dos planejamentos estatais da década de 1970, interessava o estabelecimento de um novo modelo agrícola, melhor correspondido pelo cultivo das chamadas lavouras brancas (soja, trigo, entre outras). Desse modo, pretendemos através da análise de documentação oficial e demais publicações estatais e jornais locais, junto à bibliografia referente ao tema e a fundamentação historiográfica, compreender a ação do Estado para um processo de modificação na agricultura da região Norte do Paraná, com a diminuição da área cultivada com cafeeiros para uma distinta configuração fundiária e outros gêneros agrícolas.

OBJETIVOS

Objetivo geral: Construir perspectivas de investigação e análise sobre as ações do governo militar para a retração do plantio de cafeeiros no Paraná

durante a década de 1970 e as modificações promovidas no campo durante esse processo. Considerando o contexto internacional da guerra fria e a ideologia desenvolvimentista a qual o Estado estava ligado nesse período.

Objetivos específicos:

- Analisar como as ações governamentais influenciaram a tecnificação do campo e a retração da cafeicultura no Paraná;
- Investigar as motivações para a relevante diminuição do plantio do cafeeiro na região norte do Paraná e como se deu esse processo;
- Analisar os discursos sobre a geada de 1975 para cafeicultura do Paraná, construídos na imprensa regional e nos documentos oficiais do Estado.

FONTES E METODOLOGIA

Para atender os objetivos propostos serão analisados os planos de governo para a economia do Brasil e do Paraná durante a década de 1970. Desse modo, buscamos refletir os direcionamentos que os governos pretendiam para a economia, com ênfase ao setor agropecuário.

Em nível federal serão analisados os Planos Nacionais do Desenvolvimento I e II. As resoluções desses planejamentos estiveram presentes em todo o período estudado e pretendiam atender as demandas econômicas do país em acordo com a ideologia desenvolvimentista.

O primeiro PND foi apresentado em 1971, durante a gestão presidencial de Emílio Garrastazu Médici. Esse planejamento esteve vigente de 1972 até 1974. Visava a instalação de infraestrutura e investimentos em ciência e tecnologia, entre outros pontos de apoio para a expansão industrial.

O segundo PND promulgado em 1974 perdeu por toda a gestão de Ernesto Geisel, em vigência de 1975 até 1979. Esse planejamento tinha como foco a diminuição de importações. Para tanto, enfatizava o desenvolvimento de indústrias e produção de insumos básicos. Para o setor agropecuário, o II PND previa a abertura de novas frentes de exportação e o fomento a agroindústria.

A fim de observar a repercussão e como eram executados os caminhos para atingir as metas de desenvolvimento do setor agropecuário, sobretudo

a cafeicultura, levantamos os boletins da autarquia reguladora da produção e comércio do café, o Instituto Brasileiro do Café (IBC), de 1968 até 1971.

Essas publicações mensais apresentam em resumo acontecimentos da política e atuação do IBC no país, assim como assuntos pertinentes à lavoura discutidas no senado. Em alguns exemplares há comentários de representantes de cooperativas e municípios, sobre a política cafeeira.

Esses boletins não compreendem exatamente o período que essa pesquisa busca abordar, mas podem representar discursos e intenções que interessavam ser divulgadas em período anterior. Ainda, há outras publicações do IBC, como manuais de recomendações e estudos referentes a década que compreende o recorte temporal proposto.

Para compreender a articulação entre os planos nacionais e estaduais, analisaremos a documentação do Banco do Desenvolvimento do Paraná (BADEP), disponível na Biblioteca Pública do Paraná.

Em seis de dezembro de 1968, a Companhia de Desenvolvimento do Paraná, criada por Ney Braga em 1962, passa por uma reformulação e é transformada no BADEP, durante o governo de Paulo Pimentel. Esse órgão tinha como principal função dar base as atividades econômicas do estado, com vistas ao seu crescimento.

Através da CODEPAR o projeto visava o desenvolvimento industrial por intermédio da substituição de importações. A partir do BADEP as estratégias mudaram, assim como os objetivos que passaram a ser a complementaridade ao parque nacional e a produção em larga escala, por meio do uso de novas tecnologias, ampliação dos ramos industriais e aumento da competitividade com outros estados brasileiros. Dessa forma, vale analisar e refletir sobre a documentação desse órgão estatal que trata do estímulo à agricultura e agroindústria no Paraná, a fim de observar quais eram as resoluções para o cultivo cafeeiro. Esses documentos que compreendem publicações de estudo e relatórios estão disponíveis na Biblioteca Pública do Paraná.

Outro conjunto de fontes que nos interessam são os jornais de circulação local e regional nos municípios onde se cultivava o café. Ao discutir a temática da agricultura e agroindústria, os jornais construíam discursos articulados com suas ligações políticas e empresariais, refletir sobre isso nos possibilita algumas perspectivas de análise.

Não temos a intenção de compreender o jornal enquanto instrumento neutro, de mera transmissão

de informações. Consideramos que é preciso pensar esta fonte em sua inserção histórica, “enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos” (CRUZ; PEIXOTO. 2007, p. 257). Assim, temos em conta que a imprensa possui interesses distintos, e para compreendê-los é necessário historicizá-los. Nesse processo, primeiramente vamos levantar a trajetória dos jornais analisados e dos grupos econômicos que a eles estiveram ligados a fim de apreender os discursos da imprensa sobre a situação da agricultura, sobretudo da cafeicultura, as ações governamentais sobre esse setor e o seu papel na difusão de novas práticas agrícolas.

Entre os materiais já levantados estão os jornais *Panorama*, que circulou em Londrina de março de 1975 até outubro de 1976 e *Folha de Londrina*, ainda em circulação, disponibilizados pela biblioteca do Museu Histórico de Londrina e Biblioteca Pública do Paraná.

Serão analisados os suplementos *Edição Histórica: Panorama Aventura* e *Panorama Economia*, ambos de março de 1975. Ano expressivo para a lavoura cafeeira do estado devido ao evento da geada negra, em julho. Estão disponíveis no acervo da biblioteca do MHL as edições do *Folha de Londrina* a partir do ano de 1968. Essas edições nos interessam, pois apresentam discursos acerca da situação vivenciada pela cafeicultura em tempos de intensas modificações no campo. Será levantado ainda no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH), na Universidade Estadual de Londrina, as edições do *Jornal Agro-Pecuário*, publicação específica sobre a agricultura desenvolvida na região, que esteve em circulação de 1964 até 1975.

Com o evento da geada de 1975, os jornais e outros meios apresentaram discursos relacionando o fenômeno a um “fim” para a cafeicultura do estado. Esse fim correspondia a erradicação por geada da maior parte do parque cafeeiro do Paraná e a drástica diminuição em área cultivada com café após o acontecimento.

Os discursos em torno dos efeitos dessa geada tinham interesses além de informar a população. Em pesquisa anterior, levantamos que jornais como o *Panorama*, vinculados a determinados grupos políticos e econômicos, trabalhavam as narrativas sobre a geada para fazer dela um marco, um emblema da fragilidade da lavoura cafeeira tradicional e dos riscos da dependência econômica do setor primário (MOREIRA; LAVERDI, 2016).

O periódico *Referência em Planejamento*, publicado pela Secretaria de Planejamento do Estado do Paraná, em sua edição de julho de 1976, também aponta a geada do ano anterior à publicação, como o fator derradeiro para a retração do cultivo cafeiro, apesar de demonstrar outras dificuldades enfrentadas pelo setor.

A análise dos discursos dos jornais relacionados

aos grupos com os quais estavam articulados e também dessa edição do periódico *Referência em Planejamento*, enquanto publicação autorizada por um órgão governamental nos interessa para refletirmos sobre a postura divulgada e nas entrelinhas da imprensa e governo frente ao processo de retração da cafeicultura no Paraná e aos demais elementos como a modernização da agricultura nesse período.

CRONOGRAMA

Descrição de atividades Período: 08/2016 a 06/2017	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Créditos das disciplinas	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X
Leituras para fundamentação teórica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Levantamento de fontes					X	X	X	X			
Análise de dados parciais					X	X	X	X	X	X	X
Estágio Supervisionado/ Regência									X	X	X
Escrita da dissertação							X	X	X	X	X

Descrição de atividades Período: 07/2017 a 07/2018	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Créditos das disciplinas	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X
Leituras para fundamentação teórica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Levantamento de fontes	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Análise de dados parciais			X	X	X	X							
Escrita da dissertação									X	X	X	X	X
Qualificação										X			
Defesa													X

REFERÊNCIAS

- BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n.2, p.123-151, ago. 2006.
- CANCIAN, N. **Cafeicultura Paranaense 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.
- CHIES, C; YOKOO, S. C. Colonização do Norte Paranaense: avanço da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo. **Revista GEOMAE**, v.3, n.1, p.27-44, Iº sem. 2012.
- CRUZ, H. F; PEIXOTO, M. do R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p.253-270, dez. 2007.
- DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 157-172, set. /Dez. 2001.
- DEZORDI, M. A “geada negra” de 1975 no distrito de Agro Cafeeira, Matelândia: História e Memória. In: ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA ORAL, 7, 2013, Foz do Iguaçu/PR. **Anais...** Foz do Iguaçu/PR, UNILA, 2013.
- LOHN, R. L. Mitologias do desenvolvimento: extensão rural e modernização: o caso de Santa Catarina (décadas de 1950 e 1960). **Espaço Plural**, ano IX, n. 18, p. 9-17, 2008.
- MCCOOK, S. Crônica de uma praga anunciada: epidemias agrícolas e história ambiental do café nas Américas. **Varia História**. vol. 24, nº 39: p. 87-111, jan/jun 2008.
- MELO, N. A. Do complexo rural à modernização agrícola brasileira: a modernização da agricultura paranaense e os impactos na vida rural – uma análise do programa Vilas Rurais no Norte do Paraná. **GeoAtos – Revista Geografia em Atos**, Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 11, v. 1, p. 58-76, jan. /Jun. 2011.
- MIRANDA, E. A; RAGUSA, H. Os efeitos da geada negra de 1975 para os trabalhadores da lavoura de café de São Pedro do Ivaí-Paraná. **Ateliê de História UEPG**, v. 2, n. 2, p. 67-75, 2014.
- MOREIRA, J. R. S; LAVERDI, R. Modernização agrícola e o declínio da cafeicultura: pós-geada de 1975 nas páginas do *Panorama* (Norte do Paraná). In: XVI Semana de História – Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2016, Londrina, PR. **Anais** (on-line). Disponível em: <<http://www.uel.br/cch/his/XVISE-MHIS/>>. Acesso em 26 jan. 2017.
- MORES, L; KLANOVICZ, J. Controle da natureza e modificação da paisagem: para uma análise das práticas agrícolas da sojicultura no Paraná, Brasil, por meio da imprensa entre os anos 1970 e 1980. **Diálogos**, v. 18, p. 179-201, dez. 2014.
- NAKAGAWARA, Y; SANTANA, M. Estrutura fundiária norte-paranaense: concentração e “capitalização” – situação 70-80. **Boletim de Geografia UEM**, ano 2, n. 2, p. 31-33, jan. 1984.
- POZZOBON, I. **A epopéia do café no Paraná**. Londrina: Grafmark, 2006.
- PRIORI, A. et al. A modernização do campo e o êxodo rural. In: **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012. p. 115-127. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-10.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2015.
- RODRIGUES, J. P. P; PELEGRINI, S. C. A.. Memória e História: os dissabores da geada negra em Ivatuba-Paraná. In: Congresso Internacional de Museologia, 2., 2012, Maringá/PR. **Anais...** Maringá/PR, Museu da Bacia do Paraná, 2012, v. 2, p. 1-9.
- SERRA, E. O novo modelo agrícola e a proletarianização do trabalhador rural no norte do Paraná. In: ROSAS, C. A. R. F (Org.). **Perspectivas da Geografia Agrária no Paraná: abordagens e enfoques metodológicos**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015. 25-38 p.
- SILVA, G. B; BOTELHO, M. I. V. O processo histórico da modernização da agricultura no Brasil (1960-1979). **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**, v. 9, n.17, p.362-387, abr. 2014.